



**Pessoas expostas ao Césio-137 em Goiânia serão monitoradas por mais 10 anos**

**12:28**

Daniela Cunha

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Monitorar epidemiologicamente a população exposta e não exposta, pelos próximos dez anos, para identificar os efeitos tardios do acidente ocorrido com o Césio-137, em setembro de 1987, que vitimou 621 pessoas do Estado de Goiás. Esse é o principal objetivo do encontro, aberto hoje, nesta capital, para discutir o acidente radioativo.

O anúncio foi feito pela superintendente do órgão responsável pelo acompanhamento das vítimas (Superintendência Leide da Neves Ferreira de Goiânia) , Maria Paula Curado. Segundo ela, 102 do total de pessoas contaminadas já apresentaram seqüelas e incapacidades física e psicológica decorrentes do contato com a cápsula radioativa, sendo que cinco morreram, entre as quais a menina Leide das Neves Ferreira. No total, mais de R\$ 1 milhão são gastos por ano com monitoramento e recuperação dos indivíduos.

Guilherme Franco Netto, coordenador-geral de Vigilância Ambiental da Saúde do Centro Epidemiológico da Funasa, disse, por sua vez, que serão revistos os procedimentos adotados referentes ao acidente com o Césio-137, além de orientar critérios para o acompanhamento adequado da saúde da população goiana. "A literatura científica mostra que nos casos de acidentes nucleares não existe apenas o efeito imediato. Há também os de longo prazo, principalmente relacionados ao câncer, como leucemia, do aparelho digestivo e imunológico - tireóide", ressaltou.

De acordo com ele, é estimado que no Brasil existam de 4 a 6 mil áreas contaminadas por resíduos de produtos industriais ou



de atividades produtivas; e por problemas relacionados com a extração de minérios e uso de agrotóxicos. Ele contou que a Funasa já foi notificada da existência de apenas 250 do total de áreas contaminadas no país, lembrando que são necessárias medidas de monitoramento e exigências como a de que a população não fique exposta aos locais contaminados.

Outros pontos que serão debatidos no encontro serão: epidemiologia de grandes acidentes nucleares, como Hiroshima e Nagasaki e Chernobil. Também será feita uma revisão dos efeitos biológicos do Césio; discutido o aparelho reprodutivo; mielodisplasia secundárias; tumores hematológicos; aspectos biocinéticos e dosimétricos do Césio no corpo humano; além da toxicologia do Césio, entre outros fatores.

O evento aberto hoje, nesta capital, no Hotel Eron, que conta com a participação dentre outros de técnicos do Ministério da Saúde e da Secretária de Saúde de Goiás, prossegue até quarta-feira (31). - 29/07/2002

**Quase 20 anos após acidente radioativo em Goiânia, deputados sugerem indenização às vítimas**  
**18:42**

Lana Cristina

Repórter da Agência Brasil

Brasília - A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou hoje (21), por unanimidade, relatório sobre a segurança nas instalações nucleares brasileiras. Os deputados sugerem a indenização das vítimas do acidente radioativo com césio 137, ocorrido em Goiânia em 1987 e dos ex-funcionários da Nuclemon, unidade das Indústrias Nucleares Brasileiras (INB), em São Paulo, já desativada.

O grupo de trabalho visitou o bairro onde moradores se contaminaram com a cápsula de césio usada em um

## CÉSIO 137 - GOIÂNIA - GOIÁS - BRASIL



equipamento de diagnóstico por raio-X, abandonado por uma clínica, em 1987 e também as vizinhanças da usina da Nuclemon, em Santo Amaro, onde eram beneficiados os minérios de urânio de tório.

"Qualquer erro nessa área é uma tragédia. E o Brasil parece que não aprendeu a lição com os casos de Goiânia e de Santo Amaro", disse o deputado Edson Duarte, relator do documento. Segundo ele, as vítimas, nos dois casos, estão em situação de abandono. "No caso de Goiânia, a Superintendência Leide das Neves, criada para dar suporte às vítimas, está cada vez mais enfraquecida institucionalmente. E os ex-trabalhadores da Nuclemon, estes nem indenização têm", constatou. A INB, que hoje atua em outras minas, alega que a responsabilidade sobre os trabalhadores cessou depois que eles foram demitidos.

Outro projeto que será apresentado pelo grupo de trabalho é o de regulamentação do artigo 12 da Convenção 115 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Assinada na década de 60, a convenção prevê que trabalhadores de instalações nucleares expostos a radiações ionizantes têm que ter acompanhamento médico e passar por exames periódicos, mesmo se forem demitidos.

Os deputados sugerem ainda a separação das atividades de fomento, produção e pesquisa das atividades de regulação e fiscalização, hoje acumuladas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Para isso, eles vão apresentar projeto de lei que determina a criação da Comissão Nacional de Radioproteção e Segurança Nuclear, que cuidaria especificamente do tema. Hoje, a CNEN controla instalações produtoras, como as de exploração de minério de urânio, instituições de pesquisa na área, emite normas que regulam o funcionamento das instalações nucleares, emite licenças de funcionamento e ainda é responsável por fiscalizar estas instalações.



Outra proposta de lei pretende garantir que o público tenha acesso às informações produzidas pelo órgão que regula a área de segurança nuclear. "Isso tem que ser transparente. É preciso acabar com a cultura de segredo que paira sobre as atividades nucleares no país", defendeu o relator. .

Os deputados que elaboraram o relatório vão recomendar também que se organize o Sistema Federal de Fiscalização Nuclear, a criação da carreira de auditoria-fiscal de radioproteção e segurança nuclear, e a obrigatoriedade do cadastramento de fontes radioativas num banco de dados gerenciado pela instituição de segurança nuclear. Outra proposta é responsabilizar civilmente quem for culpado por danos radioativos que venham a ser provocados por acidentes.

As propostas de projeto de lei apresentadas no anexo do relatório devem ser apresentadas ao plenário ainda este ano. Na reunião de hoje, a Comissão de Meio Ambiente aprovou também requerimento para que se crie novo grupo de trabalho, para acompanhar a implementação das sugestões apontadas no relatório.

O documento foi produzido por um grupo de trabalho da comissão formado pelos deputados Paulo Baltazar (PSB/RJ), Edson Duarte (PV-BA), Fernando Gabeira (PV-RJ), Luciano Zica (PT-SP) e Sarney Filho (PV-MA), que realizaram diversas audiências públicas e tomaram depoimentos de 60 pessoas ligadas à questão nos últimos dois anos. Agora, o relatório será entregue ao presidente da República, ao Ministério Público, a ministros, a governadores e a presidentes da Assembléias Legislativas. - 21/03/2006

### **Deputados apontam falha na destinação de resíduos e no controle de fontes radioativas**

**23:03**

Lana Cristina

Repórter da Agência Brasil

## CÉSIO 137 - GOIÂNIA - GOIÁS - BRASIL



Brasília - A destinação dos rejeitos nucleares e radioativos é apontada como falha, no relatório do grupo de trabalho que investigou a segurança nas instalações nucleares e radiativas no país, pois os depósitos são provisórios. Segundo o levantamento do grupo de trabalho de Segurança Nuclear da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, só existe um depósito definitivo no país, o de Abadia de Goiânia (GO), cidade da região metropolitana da capital goiana.

Nele está depositado o lixo radioativo transportado da Avenida Paranaíba, no Setor Central de Goiânia, onde em 1987 ocorreu o maior acidente radioativo do país. Foi quando catadores de papel encontraram uma bomba de césio 137, usada num equipamento radiológico de uma clínica desativada. Cerca de 300 pessoas foram contaminadas, em diferentes graus, pela fonte radioativa manipulada pelos catadores e por donos de ferros velhos que compraram partes da fonte.

O controle de fontes radioativas também foi considerado falho pelos deputados. "Os profissionais ligados à Associação dos Fiscais em Energia Nuclear, que nos ajudaram voluntariamente com informações valiosas, nos deram conta de que não confiam no banco de dados que a CNEN opera. Eles disseram que o banco de dados é desatualizado e não dá a verdadeira dimensão de quantas fontes são e de onde estão", disse o relator, deputado Edson Duarte (PV-BA). Sabe-se que no país existem, pelo menos, 50 mil fontes radioativas, empregadas nas áreas de medicina, indústria e pesquisa. "Mas o responsável da CNEN por este serviço não soube precisar se realmente eram 50 mil", acrescentou.

O deputado aponta em seu relatório, que o Tribunal de Contas da União, ao realizar auditoria de desempenho nas atividades de radioproteção e segurança nuclear da CNEN, em 2000, constatou que as informações do banco de dados estavam desatualizadas e incompletas. Cerca de 20% das instalações

## **CÉSIO 137 - GOIÂNIA - GOIÁS - BRASIL**



não operavam mais fontes radioativas e 10% delas estavam com endereço errado.

Outro problema apontado por Duarte em seu relatório é o fato de não haver planos de emergência para atuar diante de acidentes nucleares ou radioativos. "O Brasil mostrou que não aprendeu a lição com Goiânia", observou.

O deputado registrou ainda que, no caso das usinas de Angra 1 e 2 foi reduzido há alguns anos o raio de segurança e proteção, de 15 quilômetros para 5 quilômetros, sem que a população recebesse esclarecimentos quanto à decisão. "Não tivemos da Eletronuclear, que opera as usinas, uma explicação convincente. É um contrasenso. No mundo inteiro, principalmente depois de Chernobyl, há uma tendência de aumentar o raio de atuação de planos de emergência", relatou Duarte, citando o acidente ocorrido na Ucrânia, considerado um dos piores no mundo.

20/03/2006

### **CDDPH examina denúncias de pessoas atingidas pelo Césio 137**

Brasília - O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, coordena a reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), às 10h, no Ministério da Justiça. Em pauta, entre outros assuntos, denúncias de violações de direitos humanos envolvendo pessoas atingidas pelo Césio 137. O acidente ocorreu em Goiânia em 1987.

Também será examinado o dossiê sobre a situação no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje). Trata-se de um órgão do Governo do Distrito Federal que atende menores infratores. Na reunião, ainda será lido e analisado o parecer da conselheira Flávia Piovesan sobre a federalização dos crimes de direitos humanos. (Justiça)



Nilmário Miranda reúne-se ainda com o relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Independência de Juízes e Advogados, o argentino Leandro Despouy, às 15h, no Ministério da Justiça. No encontro, serão discutidos o funcionamento da Justiça brasileira e as principais propostas de reforma do Judiciário. - 14/10/2004

## **Greenpeace protesta contra falta de segurança nuclear no Brasil**

**22:00**

Andréia Araújo

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Um grupo de ativistas do Greenpeace realizou hoje à noite, em Brasília, manifestação contra a "falta de segurança nuclear no Brasil" e a "falta de assistência às vítimas do césio em Goiânia". Segundo o coordenador da Campanha de Energia do Greenpeace, Sérgio Dialeachi "o governo brasileiro é negligente com a segurança nuclear".

Os ativistas do Greenpeace denunciam que, passados 16 anos do acidente com o Césio 137 em Goiânia (GO), as vítimas ainda estão sem a assistência devida. "A reivindicação deles é muito simples. O que eles querem é a reativação da Fundação Leide das Neves e um tratamento médico digno", disse o coordenador.

O Greenpeace ainda denuncia que o Brasil é vulnerável na fiscalização de fontes nucleares. "O governo brasileiro não consegue fiscalizar as mais de 30 mil fontes radiológicas que existem no território nacional. Não há segurança nuclear no país!".

Dialeachi disse que o Greenpeace recebeu denúncia de duas pessoas que se contaminaram em março, na Bahia. Além disso,



funcionários da empresa no Brasil estariam se contaminando para pedir indenização e aposentadoria precoce.

Ativistas do Greenpeace e vítimas do acidente nuclear de Goiânia estarão reunidos amanhã, às 14h, com o ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, para pedir audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Se não recebermos uma resposta do governo brasileiro, as manifestações irão continuar", afirma Dialetachi. - 05/08/2004

### **Adiada votação de projeto de lei que beneficia militares envolvidos no acidente com Césio, em Goiás**

**18:18**

Mauricio Cardoso

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Ainda não foi desta vez que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado votou o PLC (Projeto de Lei da Câmara) número 27, de autoria do deputado Sandes Júnior, que estende o benefício da pensão especial concedido às vítimas do acidente com o Césio 137, ocorrido em 1987, em Goiânia, aos integrantes das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Goiás.

O projeto estava na pauta de hoje, mas um pedido de vista formulado pelo senador Ney Suassuna e a determinação da mesa para que seja realizado o estudo do impacto econômico da medida, retirou o projeto da pauta de votação. O PLC só retorna à Comissão após o término do recesso legislativo.

De acordo com o relatório apresentado pela senadora Lúcia Vânia, relatora da matéria e que se manifestou favorável à aprovação do Projeto, vários profissionais que tiveram papel fundamental no controle da situação ficaram excluídos dos benefícios legais. Pelo texto, os servidores que em pleno exercício de suas atividades foram expostos às radiações do Césio, também serão submetidos a exame para comprovação



## **CÉSIO 137 - GOIÂNIA - GOIÁS - BRASIL**



em sua classificação como vítimas do acidente para efeito de pensão especial.

A proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados, onde recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Seguridade Social e Família, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

08/07/2004

### **Brasil tem cerca de 6 mil áreas contaminadas, diz coordenador da Funasa**

Daniela Cunha

Repórter da Agência Brasil

Brasília - É estimado que no Brasil existam de 4 a 6 mil áreas contaminadas por resíduos de produtos industriais ou de atividades produtivas; e por problemas relacionados com a extração de minérios e uso de agrotóxicos, segundo o coordenador-geral de Vigilância Ambiental da Saúde do Centro Epidemiológico da Funasa, Guilherme Franco Netto.

Segundo ele, que participa hoje do encontro sobre o acidente com o Césio-137, a Funasa já foi notificada da existência de apenas 250 do total de áreas contaminadas no país, lembrando que são necessárias medidas de monitoramento e exigências como a de que a população não fique exposta aos locais contaminados. "Vamos rever o que foi o acidente com o Césio-137, além de orientar critérios para o acompanhamento adequado da saúde da população goiana, uma vez que a literatura científica mostra que nos casos de acidentes nucleares não existe apenas o efeito imediato. Há também os de longo prazo, principalmente relacionados ao câncer", destacou.

29/07/2002

### **Encontro discute efeitos do acidente com o césio em Goiás**

**10:56**

Daniela Cunha

## CÉSIO 137 - GOIÂNIA - GOIÁS - BRASIL



Repórter da Agência Brasil

Brasília - Monitorar epidemiologicamente a população exposta e não exposta, pelos próximos dez anos, para identificar os efeitos do acidente ocorrido com o césio 137, em 1987, na população do Estado de Goiás. Este o principal objetivo do encontro, aberto hoje, nesta capital, para discutir o acidente radioativo.

O anúncio foi feito pela superintendente do órgão responsável pelo acompanhamento das vítimas, Maria Paula Curado. Segundo ela, 621 pessoas foram contaminadas, sendo que dessas 102 já apresentaram seqüelas físicas e psicológicas decorrentes do contato com a cápsula radioativa e cinco morreram. Mais de R\$ 1,0 milhão são gastos com monitoramento e recuperação dos indivíduos.

29/07/2002

Fonte: Agência Brasil ([www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br))